

GT 6 - Ideologias, cultura e meios de comunicação

Ultraconservadorismo, política anticivilizatória e luta de classes

Mavi Rodrigues¹
Ana Elizabete Mota²

Resumo

O texto em tela ambiciona avançar na compreensão das condições sócio-históricas possibilitadoras do consentimento ativo das trabalhadoras e trabalhadores às estratégias e táticas contrarreformistas do governo Bolsonaro. A hipótese que o subsidia aponta para o fato de que a vitória eleitoral do capitão reformado, em 2018, expressa uma nova fase da constituição da hegemonia burguesa no Brasil, mediada por uma “guerra cultural” assentada num conservadorismo de caráter reacionário e filo-fascista, peça fundamental a implementação de um programa ultraneoliberal.

Introdução:

A relação do ultraconservadorismo (reacionário e filo-fascista) propagado pelo governo de Jair Messias Bolsonaro com uma agenda econômica ultraneoliberal que requer, em resposta aos interesses do capital rentista, a supressão radical dos direitos trabalhistas e dos direitos sociais previstos na Constituição de 1988, já foi por nós indicada³. Nos interessa agora expor - a partir da tese da *cultura da crise*⁴ e da sua necessária atualização⁵ – algumas questões que nos permitam problematizar o consentimento e a adesão de frações do lumpemproletariado e dos trabalhadores e

¹ Professora Associada III da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ. Contato: rodriguesmavi.mr@gmail.com.

² Professora Titular aposentada do Departamento de Serviço Social e docente do corpo permanente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE. Contato: amota294@yahoo.com.

³ O/A leitor/a interessado/a em conhecer a argumentação que desenvolvemos acerca do papel econômico do conservadorismo propagado pelo governo de extrema direita de Bolsonaro deve consultar MOTA, A. Elizabete; RODRIGUES, Mavi. *Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário*. Revista. Katálysis, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago. 2020.

⁴ A tese da *cultura da crise* foi elaborada por Mota (1995) para tratar das ideologias formadoras de consensos de classe quando da reforma da previdência social brasileira nos anos 1990. Desde então, a autora vem sistematicamente enriquecendo e identificando os significados dessa cultura saturada de ideologias que passivizam a consciência social e a luta dos trabalhadores e trabalhadoras, sob determinadas condições históricas.

⁵ Síntese dessa atualização encontra-se em Mota (2019).

trabalhadoras, inclusive segmentos do funcionalismo público, ao ultraconservadorismo da extrema direita, cujas ideias proclamam concepções e visão de mundo que antagonizam com as condições e posição de classes desses segmentos.

Em grande medida, a inteligibilidade da capilaridade dessa ideologia burguesa entre os subalternos depende da descoberta das conexões e mediações existentes entre esta face atual do conservadorismo e a dinâmica de acumulação, cada vez mais financeirizada, que o capitalismo assume após a crise econômica de 2008, desde a periferia; tarefa que as autoras, nem de longe, pretendem esgotar nesta comunicação.

Dentre os muitos determinantes deste fenômeno, o presente texto privilegiou alguns aspectos que tem incidências imediata e mediata no processo de passivação dos trabalhadores/as brasileiros nessa conjuntura, em especial, a instrumentalização mercantil da política até a sua conversão numa antipolítica ou numa política-anticivilizatória.

Como se verá, tal processo é resultante de um traço vital do capitalismo do Pós-Segunda Guerra que G. Lukács⁶ tratou como a constituição de um sistema manipulatório a dirigir a vida cotidiana da maior parte dos homens, ora implementado com a atuação de grandes oligopólios da *web*, o *Big Data*, nesse contexto de nova ofensiva do capital.

1. Traços da ofensiva material e cultural do capital financeirizado pós 2008

Órgano de uma “guerra cultural” ideológica levada a efeito por uma nova direita⁷, o conservadorismo dominante na atualidade, no centro e na periferia⁸,

⁶ A este respeito consultar G. Lukács. *Para uma ontologia do ser social*. Vol II. São Paulo, Boitempo, 2013.

⁷ Embora utilizem denominações as mais diversas, analistas de orientações políticas distintas têm apontado que a novidade dessa nova direita se evidencia quando confrontada com aquela do Pós-Segunda Guerra, pois recusa a democracia liberal e muitas conquistas progressistas da sociedade burguesa moderna – com a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, dos direitos do trabalho e da mulher – e aparenta ser anti-*stablishment*, muito embora seu objetivo seja “remover as barreiras ao poder corporativo [do grande capital]” (CARAPANÃ, 2018, p. 35).

⁸ No Brasil essa “guerra cultural” veio paulatinamente ganhado força desde 2013, potenciada pelo golpe parlamentar de 2016, até a vitória eleitoral de Bolsonaro, candidato da nova direita, em 2018.

comporta uma face ultraconservadora⁹. Seus traços mais elementares – antimodernos, teocêntricos e abertamente reacionários - lembram o conteúdo aristocrático do pensamento de Edmund Burke, travestidos, porém, de uma roupagem nova, adaptada à contemporaneidade, já que incorpora expressões e conceitos próprios do ultraneoliberalismo e utiliza ferramentas *high tech* (como as redes sociais e, até mesmo, robôs replicadores de postagens na internet) que atingem milhares de pessoas. Sua disposição de mobilizar massas e ganhar ruas (como nas campanhas de combate a “ideologia de gênero”, a defesa da família tradicional, o *Escola Sem Partido*, o tratamento precoce da covid-19, os movimentos antivacina etc.) revelam uma pretensão inédita de se tornar popular (BIROLLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020).

Em grande medida, a visão particular de mundo da *nova direita* tem perseguido o propósito de tornar-se universal graças a utilização das redes de computadores para propaganda política, cujo caso mais emblemático foi o vazamento de dados de milhões de norte-americanos, por parte do *Facebook* para a empresa de consultoria política Cambridge Analytica, que assessorou, nas eleições para presidência dos EUA, o candidato republicano Donald Trump, em 2016.

Sob variadas formas, e em distintos graus¹⁰, a instrumentalização mercantil da política, mediada pela atuação dos grandes oligopólios associados às plataformas de dados na *web* - *Big Data* ou *Big Tech* - remete a um fenômeno que não é novo: a constituição de um capitalismo universalmente manipulado, quando a partir da Segunda Guerra Mundial, para se evitar as crises e assegurar a venda de mercadorias e os lucros dos monopólios, torna-se necessário a criação de um vasto e diversificado

⁹ Utilizamos a expressão ultraconservadora para ressaltar de que modo o neoconservadorismo da nova/extrema direita recupera os elementos aristocráticos típicos dos primórdios do pensamento conservador. Uso distinto do referido termo, mas convergente com o nosso registro pode ser encontrado em LEHER (2020).

¹⁰ A mediação dos *Big Datas* na esfera da política, que Empoli (2019) traduz, acertadamente, como uma espécie de privatização e conversão empresarial dos partidos políticos, pode se dar de muitas maneiras em graus diferenciados: desde a contratação de empresas de análise de dados para auxiliar campanhas eleitorais, como no caso da eleição de Trump até a criação na Itália de um partido inteiramente digital, o *Movimento 5 Estrelas* por iniciativa de Gianroberto Casaleggio, presidente de uma empresa de internet, Casaleggio Associati, especializada em publicação e assessoria em estratégias de rede.

sistema de manipulação de informações com o propósito de influir nos modos de viver e pensar cotidianos de homens e mulheres (LUKÁCS, 2013).

Este poder manipulatório do capitalismo tardio se acentuou com a descoberta e a disseminação das novas tecnologias de comunicação e informação (TICs) que facultaram o uso, na reprodução diária da vida, de objetos com sensores e conectados em rede que tem o poder de controlar e de converter todos os aspectos da cotidianidade em apelos publicitários.

Para o *Big Data*, cuja existência depende da comercialização para fins publicitários de dados compartilhados, é lucrativa a produção e divulgação de narrativas que obtenham o máximo de atenção e engajamento dos indivíduos que circulam na internet, isto é, a sua rentabilidade depende da capacidade de produzir notícias que sejam massivamente compartilhadas.

Assim a monetização de toda informação que circula na *web* (o verdadeiro *negócio* dos conglomerados digitais) leva invariavelmente à desinformação (*fake news*) e à disseminação de ideias de negacionismo científico, discriminatórias, racistas, machistas e protofascistas que são a expressão de uma política anticivilizatória. Nessa política que tem o ódio e o reacionarismo como combustível, a formação da maioria não se dá por meio da união de pessoas em torno de um denominador comum, mas ao contrário: é a inflação de paixões entre grupos que pode unir pelos extremos.

Além da importância que o controle dos algoritmos adquiriram nas disputas de poder econômico e político, outros fatores tem jogado um peso considerável na disseminação do ultraconservadorismo, dentre eles: uma nova ofensiva estadunidense que vem investindo em colapsar governos progressistas na América Latina e retomar o controle sobre a região; o trabalho orquestrado pelos *thinks tank* para propagar internacionalmente uma ideologia truculenta de direita e financiar instituições e movimentos defensores de políticas públicas voltadas para o mercado (como foi o caso do patrocínio do *Vem pra Rua* no Brasil pelo Atlas Network); a intensificação e expansão do emprego precário que, associada ao declínio da atividade sindical, insta cada vez mais o trabalhador a ver-se como um empreendedor de si próprio ou um capitalista em formação (MIGUEL, 2019) e a popularização de um

trabalho de evangelização por parte das igrejas cristãs que, usando técnicas de *marketings* modernas, transformam a fé num investimento e prometem aos convertidos mais do que recompensa espiritual.

Todos esses elementos, sem exceção - inclusive o aprofundamento das mudanças no mundo do trabalho - remetem a uma nova ofensiva do grande capital que, buscando atender ainda mais os interesses do capital portador de juros e aproveitando o ambiente político e ideológico pós crise de 2008, fez avançar a exploração do trabalho, a austeridade fiscal e fez crescer ainda mais o poder econômico e político do monopólio das plataformas digitais¹¹.

2. Revolta contra um capitalismo financeirizado e lutas anticapitalistas

Harvey (1996) já havia alertado sobre as singularidades do pensamento pós-moderno, cujas ênfases na efemeridade e fragmentação mimetizam grande parte das profundas alterações na forma de ser, pensar e agir dos indivíduos sociais, provocadas pelas transformações na dinâmica da economia capitalista, desde os anos 1970; assim, discorria sobre as tendências presentes nas saídas financeiras para crise do capital (financeirização), determinando a flexibilização do mundo do trabalho, a compressão tempo e espaço e, por consequência, a constituição de uma sociedade da volatilidade e do descarte. A contraface dessa reação seria, segundo o autor, a busca por hábitos mais seguros e valores mais duradouros num mundo cambiante, como o revivalismo religioso, a revalorização de instituições básicas, como a família, o-nacionalismo e o localismo.

Nos parece que estas ponderações apontam as raízes econômicas e sociais mais substantivas deste conservadorismo reacionário que eclode mundialmente a partir do primeiro decênio dos anos 2000, facultando-nos sustentar que a “guerra

¹¹ Muitos analistas têm indicado o quanto os conglomerados assentados na tecnologia da conectividade tem encontrado novas condições de expansão após 2008, quer seja porque receberam um forte investimento do capital financeiro para ampliar os seus negócios, ou, ainda, porque elas têm sabido aproveitar ao máximo as consequências deletérias da crise de *subprime*. Empresas como a Uber, por exemplo, tem amplificado numa escala inédita a flexibilidade das condições de trabalho ao incorporar e subordinar ao comando do grande capital uma série de trabalhadores antes informais e fragmentados.

cultural” perpetrada pela extrema direita é ao mesmo tempo produto e reação à restauração do domínio do (grande) capital. Produto porque o ultraconservadorismo, responde pelas profundas transformações ocorridas na esfera da política, já apontadas aqui, e que são a resultante de uma profunda mercantilização da vida social. Mas é também e simultaneamente, uma reação contra o *establishment* político e financeiro - “a corrupção dos homens públicos, o abuso das grandes empresas contra pequenos acionistas, a precarização do trabalho” (EMPOLI, 2019: 31) que, mesmo contendo uma existência concreta (se assenta em causas reais e objetivas) ao serem submetidas aos procedimentos manipulatórios dos conglomerados digitais, se convertem em uma *resignação inconformista* (LUKÁCS, 2013), isto é, numa revolta dos homens singulares isoladamente particulares que não pondo em causa o sistema, acaba por transformar a alienação numa condição humana intransponível¹².

Uma das mediações da formação desse pretendido consenso ativo por parte das classes dominantes junto às classes subalternas, cabe salientar, incidem na vivência da –desigualdade social das classes trabalhadoras e do *lumpem*, cuja experiência de não atendimento das suas necessidades mais elementares empurra-os para o campo econômico-corporativo, da sua reprodução simples, onde é restrito o espaço da formação da consciência crítica, apontando a possibilidade de reprodução da racionalidade das classes dominantes¹³.

Como afirmado em outra ocasião (MOTA, 2019), os protagonistas dessa “guerra cultural”, fundada sob uma base material derivada das necessidades da acumulação e financeirização do capital, tentam subjetivá-la nos planos da cultura e das ideologias utilizando-se dos mais diversos meios e artifícios de interpelação da consciência imediata, cotidiana e reprodutiva das classes subalternas.

Não se pode desconsiderar, também, que décadas de ofensiva neoliberal tem fornecido o humus para propagação dessas ideologias reacionárias e *filofascistas* de

¹² Conforme demonstrado por Mota (2019) não há como se iludir quanto ao caráter de classe desta reação inconformista pois “todas as dimensões das contrarreformas do Estado e da passivização dos explorados e subalternos, para consentir com o projeto em curso, são expressões da radicalização das exigências do capital nesta quadra histórica”.

¹³ IASI, M., 2019, *op. cit.* p.147-151

agora¹⁴. Note-se, por exemplo, que quanto mais a proteção social pública se torna ameaçada, mais se põe em dúvida a sua universalização e mais força ganham, as buscas de bodes expiatórios. Não é difícil imaginar que o aprofundamento da crise econômica facultou à extrema direita “espaços” para semear uma espécie de luta fratricida entre subalternos e explorados. Ademais, essa direita tem sabido explorar - a seu favor e sob uma capa populista - os descontentamentos populares (não organizados em termos de resistência política classista) com os efeitos de um capitalismo financeirizado que esvaziam o verdadeiro sentido da democracia, igualdade e soberania popular. A mera aparência *anti-stablishment* dessa nova direita deve ser lida como um indicador da existência de um espaço real para lutas em prol de uma sociedade que garanta a emancipação humana e realize uma democracia não manipulada.

Conclusão

Em face do caráter sintético dessa comunicação, duas observações se fazem necessárias a título de conclusão sobre o tema que tratado nesse texto, reiterando sua condição de notas aproximativas ao fenômeno do ultraconservadorismo e promoção da *política anticivilizatória*:

1. A importância que a formulação marxiana sobre a Lei Geral de Acumulação do Capital, descoberta por Marx, tem para compreender o papel estratégico (político e econômico) das novas tecnologias de comunicação e informação (TICs) monopolizadas e internacionalizadas no processo de valorização do valor no pós 2008; contrapondo-se e negando radicalmente às elegias que uma certa literatura aficionada às novidades de um capitalismo de base informacional, digital ou, até mesmo, de uma suposta “nova era da vigilância”, para a qual os dados algoritmos são matéria-prima do lucro empresarial (como o quer o livro de Shoshana Zuboff: *a era do capitalismo de vigilância*);

¹⁴ Morozov (2018) argumenta, inclusive, que a possibilidade, junto ao setor público, de expansão dos negócios do *Big Tech* depende em grande medida do esforço de manutenção de uma política de austeridade fiscal capaz de assegurar a implantação de um Estado de Bem-estar digital no qual a maioria dos serviços é fornecida por intermédio de conglomerados digitais, a exemplo da parceria da Alphabet com o Serviço Nacional de Saúde da Grã-Bretanha para detectar sinais precoces de doença renal

2. A contatação de que as novas determinações da dinâmica da reprodução ampliada do capital do pós 2008, sob o prisma da Lei Geral, é a chave teórico-analítica para problematizar as mediações desse “consentimento ativo” tematizado por Gramsci¹⁵ ou da “democracia de cooptação” como tratada por IASI(2019), presentes nas práticas e ideologias de segmentos das classes subalternas e exploradas frente a “guerra cultural” da nova direita, cujos destaques dizem respeito, dentre outros, às práticas religiosas (neo)pentecostais, para onde confluem tanto a incorporação da lógica mercantil em igrejas geridas como empresas e regidas por um trabalho de evangelização que adota uma perspectiva teológica compatível com o mercado (simbolizada na teologia da prosperidade); quanto a adoção de um credo evangélico entre os setores populares, que apontam para a busca de uma rede de ajuda mútua como alternativa para preencher o vazio deixado pelo Estado e outras instituições que se desmantelaram com a mercantilização de tudo. Talvez aqui possamos encontrar, para além do poder de difusão de uma ideologia ultraconservadora entre explorados e subalternos, as razões do enraizamento do pensamento conservador em áreas mais pobres do país com pouca presença do Estado e com altos índices de criminalidade e pobreza.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, R; TONIOL, R (Orgs.) *Conservadorismo, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais* [livro eletrônico]. Campinas, Editora da Unicamp, 2018.
- ANTUNES, R (Org.) *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0* [livro eletrônico]. São Paulo, Boitempo, 2020
- BELLUZZO, Luiz G. *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo, Editora Unesp, 2013.
- BIROLLI, Flávia; VAGGIONE, Juan M.; MACHADO, MA das Dores C. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América latina*. São Paulo, Boitempo, 2020.

¹⁵ Sobre a categoria consenso e os diversos significados que adquire na teorização Gramsciana, consultar LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017. P.141-144.

- CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e fascismo. In: GALLEGO, E. S. (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2018. p. 33-39
- CHOMSKY, Noam; MOUFFE, Chantal et ali. *Neofascismo: de Trump a la extrema derecha europea* [livro eletrônico]. Buenos Aires, Capital intelectual, 2019.
- EMPOLI, Giuliano Da. *Os engenheiros do caos*. São Paulo, Vestígio, 2019.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 2004.
- IASI, M. *Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática)*. In: GRANEMANN, S. (Org.). *Teoria Social, Formação Social e Serviço Social: pesquisas marxistas em debate*. Coleção Carlos Nelson Coutinho, Volume IV. Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2018. p.135-157.
- LACERDA, Marina B. *O novo conservadorismo brasileiro*. Porto Alegre, Editora ZOUK, 2019.
- LEHER, Roberto. “Apresentação. Compreender o que fazem os setores dominantes quando dominam para construir alternativas para a educação pública, laica e unitária” In LAMOSA, Rodrigo (org.). *Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada*. Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2020.
- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017
- LINS, Vinicius. F. *Valorização fictícia e expropriação real: o conceito de financeirização numa ótica marxiana*. Dissertação de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia, 2016.
- MARTINS, Helena. *Comunicações em tempo de crise: economia e política*. São Paulo, expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo, Boitempo, 2013.
- _____. *O capital: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista*. São Paulo, Boitempo, 2013.
- MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política* [livro eletrônico]. São Paulo, Ubu Editora, 2018.

MOTA, A Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. “A cultura da crise e as ideologias de consenso no ultraneoliberalismo brasileiro” In CISLAGHI, Juliana F; DEMIER, Felipe. *Neofascismo no poder (Ano I): análise do governo Bolsonaro*. Rio de Janeiro, Mauad, 2019.

MOTA, A. Elizabete; RODRIGUES, Mavi. *Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário*. Revista. Katálysis., Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago. 2020.

SOUZA, Jamerson M. A. de. *Tendências ideológicas do conservadorismo (e-book)*. Recife, Editora UFPE, 2020.

SPYER, Juliano. *Povo de Deus: quem são os evangélicos e porque eles importam*. São Paulo, Geração Editorial, 2020.

TEIXEIRA, Francisco. “Os Fundamentos da especulação” In *A Terra é redonda* de 20/07/2020. Disponível em: <<<https://aterraeredonda.com.br/>>>. Acessado em: 13/05/2021.

TEIXEIRA, Francisco; SANTOS, Fabiano. “Dinheiro e moeda em Karl Marx” In *A Terra é redonda* de 29/09/2020. Disponível em: <<<https://aterraeredonda.com.br/>>>. Acessado em: 13/05/2021.